

DO JOGO DE FORÇAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE A SEUS ATRAVESSAMENTOS DISCURSIVOS

THE INTERPLAY OF FORCES IN THE PUBLIC SPACES OF THE UNIVERSITY AND THEIR DISCURSIVE CROSSINGS

João de Deus Leite¹

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Midian Ferreira dos Santos Silva²

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Rosiane Martins da Silva Costa³

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Resumo: Neste artigo, vamos nos ocupar da tarefa de analisar algumas inscrições significantes produzidas por acadêmicos militantes nas paredes do espaço de convivência, da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Araguaína na unidade Cimba entre os anos de 2016 a 2018. Também compõe o foco de análise algumas inscrições significantes formuladas por aqueles não identificados ao movimento estudantil e/ou às suas pautas. Nesse enquadre institucional, partimos do princípio de que, ainda que haja uma tentativa de normalizar (efeito do “jurídico”) e de administrar (efeito do “administrativo”) os espaços públicos, o político (efeito da divisão desigual dos sentidos) intervém, podendo acentuar a luta pelos sentidos na vida pública universitária. À luz dos fundamentos da Análise de Discurso de base materialista, vamos focar as inscrições significantes, particularizando formulações que significam tomadas de posição, no jogo de força institucional. A partir dessas tomadas de posição, perseguimos os atravessamentos discursivos que se marcam pela tinta que pixa as inscrições e a tinta que as

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) e do Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProfLetras), da Universidade Federal do Tocantins (Campus de Araguaína). E-mail: joaodedeusleite@hotmail.com.

² Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (2020), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e dinâmicas regionais pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Atualmente é Procuradora Geral no Município de Carolina/MA. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. E-mail: midianfsantoss@gmail.com.

³ Mestranda em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE-UFNT) Especialista em Educação Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) Pedagoga pela Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência em docência no ensino fundamental da Educação Infantil ao 5 ano do Ensino Fundamental Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia e Coordenação Financeira de 2015 a 2016. Atuou como coordenadora pedagógica em 2019. Atualmente é Professora efetiva da rede municipal de ensino do Município de Araguaína Tocantins e Terapeuta em Análise do Comportamento (ABA), cursando Especialização em Psicopedagogia e Especialização em ABA. E-mail: rosianemartins039@gmail.com.

pinta, ou mesmo a tinta que pinta outras inscrições, buscando deslegitimar o movimento estudantil e suas pautas. Metodologicamente, mobilizamos registros fotográficos que foram sendo feitos ao longo desses anos, com base nos quais tematizamos o verbal e o imagético, significando a situação de conflito e a luta pelos sentidos na universidade. As análises evidenciam o atravessamento discursivo de pautas nacionais e locais, fazendo trabalhar outros tipos de formação social a que as inscrições significantes se filiam.

Palavras-chave: Conflito; formação social; forma sujeito estudante.

Abstract: This article undertakes the task of analyzing significant inscriptions produced by activist academics on the walls of the social space at the Federal University of Tocantins (UFT)/Araguaína campus Cimba between 2016 and 2018. Also within the scope of analysis are significant inscriptions formulated by those not affiliated with the student movement and/or its agendas. Within this institutional framework, we proceed from the premise that, despite attempts to normalize (the "legal" effect) and manage (the "administrative" effect) public spaces, the political (the effect of unequal distribution of meanings) intervenes, potentially accentuating the struggle for meaning in university public life. In light of the principles of Materialist Discourse Analysis, we focus on significant inscriptions, specifically formulations that signify positions taken in the institutional power play. From these positions, we trace the discursive crossings marked by the ink that graffiti the inscriptions and the ink that paints them, or even the ink that paints over other inscriptions, aiming to delegitimize the student movement and its agendas. Methodologically, we utilize photographic records taken over these years, through which we thematize both verbal and visual elements, signifying the situation of conflict and the struggle for meaning in the university. The analyses highlight the discursive crossings of national and local agendas, bringing into play other types of social formations to which significant inscriptions are affiliated.

Keyword: Conflict; social formation; student subject-formation.

Submetido em 8 de maio de 2024.

Aprovado em 16 de maio de 2024.

Introdução

Neste texto, estamos interessados em analisar o modo como um dos espaços de convivência⁴ da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Câmpus Araguaína – Unidade Cimba⁵ foi sendo ressignificado pelas práticas discursivas de um grupo de

⁴ No projeto de arquitetura do câmpus Cimba, datado de julho de 2018, esse espaço é denominado de “recanto A”. Contudo, em um dos prédios administrativos da instituição, há um cartaz em que aparece o desenho da planta do câmpus com a denominação “espaço de convivência”. Vamos adotar essa última nomeação, pois se trata do modo como esse espaço é popularmente conhecido no câmpus.

⁵ Com a institucionalização da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), a Unidade Cimba foi transformada em Centro de Ciências Integradas Cimba (CCI) no ano de 2023. Cumpre ressaltar que a UFNT foi criada em 08 de julho de 2019, por meio da Lei nº 13.856, a partir do desmembramento dos câmpus de Araguaína e de Tocantinópolis da UFT e prevendo a criação de outros dois (um na cidade de Xambioá e outro na cidade de Guará).

acadêmicos entre os anos de 2016 a 2018. Essa ressignificação tem a ver com o fato de eles produzirem, nesse espaço, o que estamos denominando de “inscrições significantes”, isto é, formulações verbais e/ou imagéticas, que dizem de suas tomadas de posição ideológica no âmbito da universidade. Das paredes pintadas em branco gelo, o referido espaço foi ganhando inscrições que significam as relações institucionais entre estudantes e gestão do câmpus, bem como entre estudantes militantes e estudantes não militantes.

Alguns desses discentes, à época, pertenciam ao movimento estudantil, exercendo a representação dessa categoria nas instâncias deliberativas da universidade, como, por exemplo, o Conselho Diretor de Câmpus (CDA). A gestão do câmpus da época (2012-2016) pintou, por três vezes, as inscrições significantes produzidas pelos estudantes militantes, normalizando o espaço em foco com as cores institucionais. No CDA, essa prática discursiva de formulação de inscrições significantes foi alvo de discussão. Após a última prática de normalização desse espaço, os alunos mudaram a forma de materialização das inscrições significantes: da parede para papéis que foram afixados nas paredes e nos murais da instituição.

A prática discursiva em foco reclama gestos de leitura, pois ela acaba por expressar forma e meios materiais de significar outros modos acadêmicos de estar e de permanecer na universidade. Assim, essa prática expressa, também, modos de participação na vida pública acadêmica para além dos lugares de significação já logicamente estabilizados sobre o estudante universitário, como aqueles que o significam tão somente em relação a seu desempenho universitário. Essa prática expressa, ainda, a ressignificação dos espaços de debate e de decisão nas instâncias da universidade. Para além dos espaços já sabidos (colegiados e conselhos superiores em sua lógica de debate e de deliberação sempre ascendentes), a prática em tela passa a se constituir como processo discursivo que se estabeleceu como mecanismo de luta e de reivindicação na instituição. Assim, essas práticas são partes integrantes das condições de produção de situações de conflito no enquadre universitário em que a constituição do consenso é interrogada.

Do ponto de vista da Análise de Discurso de base materialista, para dizermos de nossa filiação teórica, podemos pensar nessa prática discursiva dos acadêmicos à luz do modo como o jurídico e o administrativo funcionam na relação contraditória com o político. Se, por um lado, a universidade e suas instâncias funcionam na lógica da

estabilização de sentidos, produzindo e assegurando mecanismos que atestam a legitimidade da produção do consenso na vida pública, por outro, o cotidiano e suas formas materiais apontam para processos de ruptura, tensionando o logicamente estabilizado dos sentidos. A prevalência do jurídico e do administrativo sobre o político assegura as práticas da opinião pública na universidade em que os espaços de representação são exercidos, tensionados e distensionados, dado o fato de se fazer trabalhar a solução satisfatória dos conflitos na vida pública.

A nossa hipótese de trabalho, neste artigo, aposta na perspectiva de que o político, na sua incontentação, faz trabalhar outros modos de vínculo institucional em que as disputas assumem *espaços de concomitância de sentidos* em relação àqueles já estabilizados no jogo deliberativo da opinião pública universitária. Para além dos espaços de debate e de deliberação em reuniões institucionais, as inscrições significantes passam a encarnar, também, a participação de estudantes na prática da opinião pública universitária. Cabe problematizarmos a questão de que as condições de produção significam as situações de conflito de modo diferente nessas duas formas de materialização: (1) a efemeridade e o ritual da palavra na prática da opinião pública em reuniões, dado o direito de voz e de voto e (2) a perenidade (até a tinta institucional tentar “apagar”) das inscrições significantes, constituídas de verbal e/ou de imagético, pondo outros sentidos em circuito.

Nesse sentido, estamos interessados em dois tipos de inscrições significantes: (1) aquelas que fazem alusão à tomada de posição institucional em pintar o espaço de convivência, normalizando-o com as cores institucionais, tendo por base outros movimentos de inscrições significantes dos estudantes naquele espaço; (2) aquelas em que há a tomada de posição de outros não identificados ao movimento estudantil, que, no processo de interpelação ideológica, passam a acentuar as relações de conflito na universidade. A partir desses dois tipos de inscrições, o foco da análise recaiu sobre os atravessamentos discursivos que ali se constituem, como forma de acentuar as situações de conflito na universidade nesse período.

As inscrições significantes particularizadas, neste artigo, integram um terceiro movimento de formulação dos estudantes militantes, dado o fato de a gestão de câmpus, à época, ter procedido à pintura das paredes gelo branco por três vezes, conforme já destacamos. Do ponto de vista do registro, só passamos a fotografar as inscrições significantes em seu terceiro ato de formulação. Nesse sentido, vamos apresentar os

registros fotográficos que integram o nosso arquivo de pesquisa, não perdendo de vista o fato de que esse arquivo já é uma construção nossa.

A nossa incursão, neste artigo, está formulada em três seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, estivemos às voltas com o fato de que a universidade é marcada, em sua lógica de funcionamento, por práticas discursivas. Na segunda seção, o nosso olhar se voltou para as condições de produção das inscrições significantes, buscando pensar em questões mais amplas da produção dos sentidos na histórica e, ao mesmo tempo, em questões mais específicas concretas que definem e atravessam a vida pública universitária. Na terceira seção, mobilizamos os registros fotográficos foco do trabalho de análise, particularizando formulações verbais e imagéticas em que a condição material dos sentidos se expressa pelas suas trajetórias na e pela história.

1. Prática discursiva na universidade e seus atravessamentos

Nesta seção, estamos interessados na discussão teórica que explica o fato de termos, na vida pública da universidade, estudantes que se filiam a movimentos sociais e estudantis, implicando uma luta pelos sentidos e, conseqüentemente, uma interrogação da produção do consenso no interior da própria instituição. Na esteira de Pêcheux (1975), podemos pensar em uma distinção que nos é pertinente. Trata-se da diferença entre indivíduo no mundo, de carne e de osso, e sujeito discursivo, que é uma posição a partir daquilo que o sujeito diz. Essa posição carrega as marcas das condições sócio-históricas e ideológicas nas quais o sujeito está inscrito. Daí o fato de ele ser efeito dessas condições. Cabe ressaltar que esse sujeito não se descola do indivíduo.

Por conceber, em suas teorizações, que se trata de sujeito discursivo, Pêcheux (1975) ponderou que esse sujeito precisa estar inscrito na e pela história. Este não é ahistórico. E essa inscrição é habilitada e assegurada pela forma-sujeito, implicando a trajetória de filiação aos saberes discursivos na formação social capitalista. Em suas formulações, o referido autor destacou que a formação desses saberes estrutura o funcionamento de determinada Formação Discursiva (FD). Isto é, a FD aponta para a regionalização dos saberes discursivos na sociedade, sendo possibilitada e mantida pela reprodução/transformação dos sentidos em sua condição material, não perdendo de vista o funcionamento da ideologia e da luta de classes. Consideremos, a seguir, a definição de FD proposta por Pêcheux (1975, p. 160)

Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.

Interessou a Pêcheux (1975) o fato de que, no âmbito da FD, há a regularidade dos sentidos, e, de igual modo, há a heterogeneidade destes, abrindo a possibilidade para pensarmos na não univocidade dos sentidos. Nessa medida, o sujeito discursivo se significa e é significado a partir da inscrição na(s) FD, considerando a sua identificação com os sentidos em sua heterogeneidade. Na base da FD, está o interdiscurso, ou seja, os saberes historicizados e esquecidos, produzindo a própria possibilidade do dizer na e pela história. No interior da FD, os sentidos, em seu caráter material, comportam, ao mesmo tempo, a inscrição objetiva e o apagamento de outros, para que eles possam se constituir. A “objetividade material contraditória” dos sentidos está assentada nesse funcionamento duplo: algo se inscreve, apagando outros, e vice-versa. Vejamos, na sequência, outras palavras de Pêcheux (1975, p. 162):

[...] propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas. Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência de sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas.

Articulado ao funcionamento do interdiscurso, Pêcheux (1975) definiu que os sentidos têm uma necessidade de se linearizarem no interior de uma FD, em uma relação com a sua exterioridade, já que a “objetividade material contraditória” abre o interior dos sentidos a seu exterior. Por essa razão, ele concebeu a categoria “intradiscurso”, como o “fio do discurso”, que possibilita a inscrição de sentidos. A forma-sujeito funciona, no jogo entre interdiscurso e intradiscurso, produzindo a incorporação e a dissimulação de sentidos, o que assegura que, como efeito, o sujeito esteja inscrito na ilusão da origem dos sentidos.

No interior das instituições, como é o caso da universidade, a forma-sujeito funciona habilitando o jogo entre interdiscurso e intradiscurso, assegurando a identificação com os sentidos no interior (e em seu exterior) da FD universitária. Para

dizemos de nosso foco, neste artigo, podemos considerar que, por meio da forma-sujeito, os estudantes militantes, como sujeito discursivo, incorporam-dissimulam elementos do interdiscurso. Na heterogeneidade dos saberes historicizados, eles linearizam sentidos em seu caráter material.

Nessa medida, é importante ressaltar que há a forma-sujeito do discurso, produzindo o sujeito discursivo como efeito de unidade e como efeito de que ele é causa de si. Contudo, esses efeitos são da ordem de uma ilusão necessária, em que o não sentido é constitutivo. Essa forma-sujeito, “[...] na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira” (PÊCHEUX, 1995, p. 266; grifo do autor). Assim, forma-sujeito e sujeito discursivo estão em uma relação de contiguidade, nos termos do que já ressaltamos de que aquele habilita este na articulação entre interdiscurso e intradiscurso.

Nessa esteira do encaixe entre interdiscurso e intradiscurso, podemos pensar nas formulações que circulam na universidade e qual a forma-sujeito aí implicada. Como espaço normalizado, pelo funcionamento do jurídico e do administrativo, há ali uma tentativa de controle dos sentidos. Há ali um ritual na tomada da palavra, em suas instâncias deliberativas, em que os sentidos passam pelo logicamente estabilizado. Contudo, não perdendo de vista a “objetividade material contraditória” dos sentidos, essa estabilização é atravessada por outros sentidos à deriva. Logo, os sentidos estão em disputa, dado o funcionamento do político na linguagem. O político de que tratamos, na esteira da Análise de Discurso, põe em jogo a divisão da sociedade e o modo como os sentidos ganham inscrição na e pela divisão desigual. Os sujeitos estão significados e se significam a partir dessas condições simbólicas e históricas nos diferentes enquadres institucionais.

Desse modo, é preciso ponderar a perspectiva de que a prática administrativa e suas relações de força, na universidade, não são capazes de conter o funcionamento do político na e pela linguagem. Ainda que, nessa prática, intervenha a fabricação do consenso (ORLANDI, 2010), como em outras quaisquer, há aí a inscrição das tensões entre os sujeitos concernidos pelo enquadre institucional. Cabe ressaltar que esse efeito de consenso busca produzir a forma material de se assegurar as relações sociais e institucionais. Essa forma material é marcada pelo efeito de unidade, fazendo-se pensar na existência de um “nós” coletivo.

Estamos interessados nas práticas discursivas na universidade que produzem a fragmentação dessa ideia de “nós” coletivo. Isto é, no modo como a forma-sujeito funciona, habilitando o atravessamento discursivo a partir da prática discursiva dos estudantes militantes. Neste ponto, gostaríamos de ressaltar a questão de que a forma-sujeito habilita processos de interpelação, de identificação e de produção de sentido no enquadre discursivo da universidade. Para além das práticas discursivas em outros espaços da universidade, enfocamos aquela que materializa a produção de inscrições significantes no espaço de convivência da instituição. Inspirados em Lagazzi (2007), denominamos de “inscrições significantes”, já que estamos às voltas com o trabalho simbólico da contradição na produção do consenso. Tomemos, na sequência, as próprias palavras da referida autora:

Com a formulação ‘materialidade significante’, apresentada desde o início de minhas análises com documentários e filmes (LAGAZZI, 2007), quero reiterar, ao mesmo tempo, a perspectiva materialista e o trabalho simbólico sobre o significante. A partir da definição de discurso como “a relação entre a língua e a história”, proposta por Orlandi (1996), busquei a possibilidade de ampliar seu escopo analítico, referindo o discurso como a relação entre a materialidade significante e a história. Pode, assim, concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante, na história, compreendendo a materialidade como o modo significante pelo qual o sentido se formula. (LAGAZZI, 2010, p. 173)

A natureza das “inscrições significantes” coloca-nos no lugar de pensar o funcionamento da forma-sujeito na relação de habilitação dos sentidos para além de sua inscrição por meio da base do verbal, isto é, da relação da língua com a história. Daí, na esteira de Lagazzi (2010), trabalharmos com a perspectiva de que se trata de inscrições significantes, em que outros elementos também significam em dadas condições de produção.

2. Condições de produção das inscrições significantes

Nesta seção, vamos tecer algumas considerações sobre as condições de produção das inscrições significantes enfocadas neste artigo, não perdendo de vista as condições materiais de existência da vida pública universitária, que envolve diferentes espaços de sociabilidade. Conforme já ressaltamos, a universidade e seus espaços, na formação social capitalista, são regulados e administrados pelo jurídico (projeção e generalização das regras de funcionamento da instituição) e pelo administrativo (fluxos e mediações que homogeneizam as formas e os meios materiais institucionais). Nessa formação

social, é instituído o sujeito jurídico, marcado por direitos e por deveres, sob a premissa da liberdade na sua circulação.

Do ponto de vista discursivo, podemos pensar que o jurídico e o administrativo encerram limites, quando enfocamos a questão de que as instituições são constituídas pelos sujeitos. Os sujeitos circulam nas e pelas instituições, fazendo trabalhar sentidos para além daqueles projetados, calculados e homogeneizados. O acontecimento da vida nas e pelas instituições acaba por interrogar o jurídico e o administrativo. Essa circulação pressupõe a prática de constituição de vínculos sociais sedimentados, inclusive, pelo modo como os sujeitos se veem representados ou não pelas instituições. Nessa lógica de participação social, é preciso fazer nascer uma opinião pública que passe a representar uma “maioria”, implicando a sobreposição de sentidos diante de uma “minoridade”. Contudo, na prática concreta da vida pública, as possíveis situações de conflito passam a questionar a suposta produção do consenso.

No caso da universidade, para dizermos da instituição que nos interessa neste artigo, a vida pública é marcada por instâncias de deliberação, em que o direito à voz e ao voto é estabelecido por representação a partir de categorias, quais sejam: “docente”, “servidor técnico-administrativo” e “discente”. E essas instâncias possuem uma hierarquia ascendente entre si, começando em uma instância imediata, como é o caso do Colegiado de graduação ou de pós-graduação, podendo chegar até a instância máxima da universidade, que é o Conselho Universitário (Consuni). Com exceção dos Colegiados de graduação e de pós-graduação, no que se refere à categoria “docente”, a representação das outras categorias é baseada em um quantitativo permitido. No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) e no Consuni, para a categoria “docente”, também é feito um cálculo para se gerar o quantitativo de docentes representando a categoria nos referidos conselhos.

Os acadêmicos que formularam as inscrições significantes a serem analisadas integram a diferentes movimentos estudantis no âmbito da universidade, como é o caso do “Coletivo Araguaia”, que na época contava com o seu quarto ano de existência. Além disso, eles estavam engajados na representação estudantil junto ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), na UFT, e aos Centros Acadêmicos (CA) dos cursos de graduação dos seus respectivos cursos. Outro tipo de participação política de alguns dos estudantes tem a ver com o fato de eles serem filiados a partidos políticos, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT). Eles participaram, ainda, da Comissão Setorial

de Avaliação (CSA), ligada à Comissão Própria de Avaliação (CPA), pois, com a estrutura multi câmpus, a gestão superior da UFT fomentou a formação de CSA em cada câmpus.

Em suas condições históricas mais amplas, o Brasil, em 2016, vivia o momento do golpe contra a então presidente Dilma Rousseff. Com Michel Temer na presidência, algumas ações governamentais, fomentadas pelas forças do capital nacional e internacional, ganharam espaço, tais como: o Projeto de Emenda Constitucional 55, que regulamentava os gastos públicos da União, e a Medida Provisória nº 746, que propunha a reformulação do Ensino Médio, além de outras ações como a proposição de privatizações de empresas estatais. Outros projetos passaram a circular com veemência, como foi o caso do projeto “Escola sem Partido”. A discursividade que circulava à época, até para sustentar parte dessas ações, era de que o governo Temer assumiu a presidência com um rombo significativo nas contas públicas.

Os governos estaduais, também, tomaram medidas que intensificaram a mobilização dos estudantes nos respectivos estados. Podemos citar o caso do estado de Goiás, no final do ano de 2015, cuja realidade era a pretensão em terceirizar a gestão das unidades escolares por meio de organizações sociais. No governo do Rio Grande do Sul, o projeto de lei 44/2016 buscava regulamentar a existência de organizações sociais na cobertura de serviços na área da educação, da saúde, da cultura e dos esportes, por exemplo. A discursividade da menor participação do Estado na vida pública do cidadão foi ganhando cada vez mais forma e meios materiais.

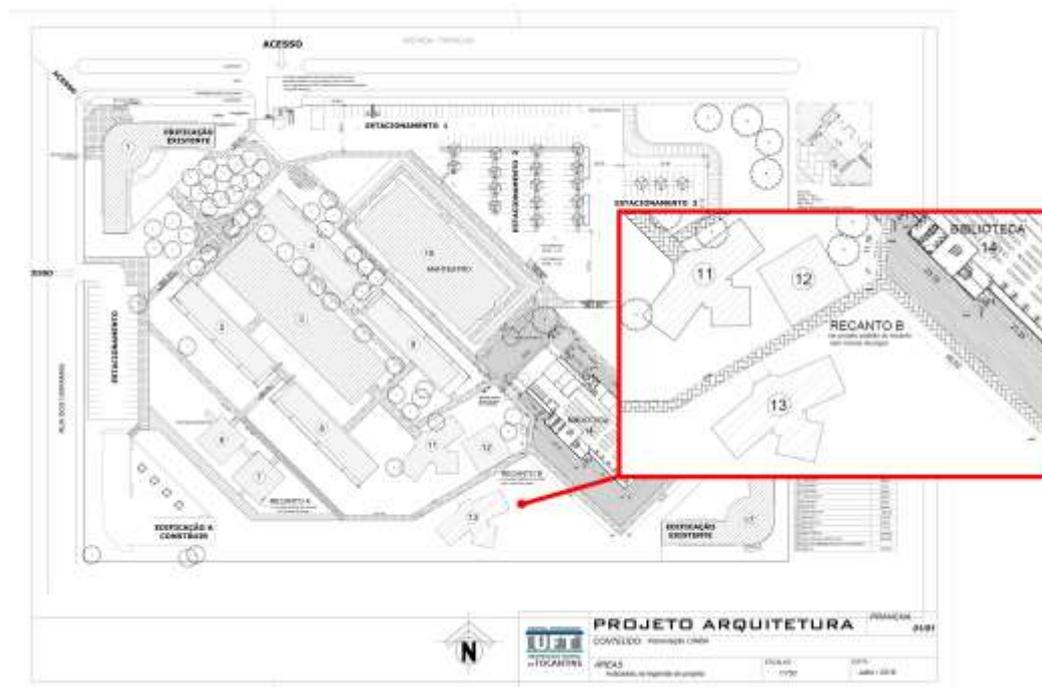
A mobilização estudantil, na educação básica e no ensino superior, contou com a manifestação e com as ações de ocupação das respectivas instituições de ensino, havendo o fechamento dos portões de acesso às instituições. O movimento “Ocupa tudo⁶” colocou no centro das discussões pautas contrárias às referidas ações do governo federal e dos governos estaduais, a depender da localidade de cada instituição de ensino. A mobilização estudantil, na UFT/Araguaína, na Unidade Cimba, trouxe para o debate público as pautas nacionais, mas também as locais: ter acesso garantido pela própria instituição ao Restaurante Universitário localizado na unidade da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ) e a construção de um RU na Unidade Cimba.

⁶ A mobilização estudantil, na UFT, ganhou a cobertura jornalística local, como foi o caso do Portal de Notícias G1 por meio da notícia “Após ocupação, administrativo da UFT de Araguaína volta a funcionar. O Campus foi ocupado em protesto contra a PEC 55 e pautas locais. Serviços foram comprometidos pela manifestação que durou 23 dias.”, a saber: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/11/apos-ocupacaoadministrativo-da-uft-de-araguaina-voltam-funcionar.html>.

A gestão da época passou a disponibilizar o ônibus institucional, para que fossem levados e buscados os estudantes da Unidade Cimba para a Unidade EMVZ na hora do almoço. A distância entre essas unidades é de 10,4 quilômetros, sendo necessário o tráfego intenso pela rodovia 153. Contudo, alguns problemas de logística se apresentaram: i) número de lugares insuficientes para se alocar todos os estudantes da Unidade Cimba; ii) tempo de espera e filas excessivas entre as viagens (de ida e de volta), já que, para atender à demanda, o ônibus tinha que fazer mais de uma viagem; iii) substituição do ônibus pelo micro-ônibus, quando aquele estava sendo usado em viagens para outros compromissos institucionais, como a ida de docentes e de estudantes para eventos científicos.

Essas pautas nacionais e locais foram ganhando o foco de reuniões deliberativas da instituição, dada a mobilização dos estudantes na universidade. Além disso, o espaço de convivência passou a materializar inscrições significantes, com formulações verbais e imagéticas, cujo tom discursivo tocam a natureza dessas pautas. Esse espaço está situado, na universidade, em um ponto que converge a circulação de pessoas na unidade. Por meio da Figura 1, apresentamos uma imagem do projeto de arquitetura do câmpus em que o espaço de convivência aparece nomeado de “Recanto B”:

Figura 1 – Localização do espaço de convivência na unidade Cimba



Fonte: UFT/UFNT

Em um dos prédios administrativos da Unidade Cimba, o Bala 1, há um cartaz afixado na parede com um desenho da planta do câmpus em que aparece a nomeação “espaço de convivência” para se referir ao espaço institucional enfocado neste artigo:

Figura 2 – Cartaz com a localização dos prédios da Unidade Cimba



Fonte: Arquivo pessoal.

3. Das inscrições significantes em circuito a seus atravessamentos discursivos

Nesta seção, apresentamos alguns registros fotográficos com as inscrições significantes formuladas, em diferentes momentos, pelos estudantes militantes e por aqueles não identificados ao movimento estudantil, considerando o nosso objetivo de pensar na incontinência do político no espaço acadêmico. Conforme já ressaltado, as inscrições particularizadas materializam, de um lado, vestígios da situação de conflito com a gestão universitária, dada a prática reiterada desta em apagar as inscrições significantes já feitas em outros momentos. Por outro lado, elas expressam vestígios da situação de conflito com aqueles, cujas formulações produzem o efeito de sentido de questionar a prática discursiva dos estudantes militantes.

As inscrições significantes, em termos de forma e de meios materiais, acabam por reclamar a constituição de um procedimento de análise em que os sentidos são abordados não somente pela relação entre a língua e a história, mas também pelo modo como a linguagem, em seu trabalho simbólico, habilita os sentidos na história. Não é à toa que, na esteira de Lagazzi (2011), a partir do construto teórico “materialidade significativa”, estamos concebendo as formulações produzidas pelos estudantes como “inscrições significantes”. Nesse caso, estamos usufruindo da perspectiva significativa de que outros elementos também significam na prática discursiva dos estudantes, como por exemplo: a localização da formulação verbal e imagética na parede, a coocorrência de outras formulações no enquadre da parede, o fato de ser um espaço de convivência localizado em um ponto de convergência da circulação das pessoas na universidade, o estilo da caligrafia das formulações, entre outros.

Estamos interessados, mais de perto, nos atravessamentos discursivos passíveis de serem identificados nas e pelas inscrições significantes, tendo por base as pautas sociais defendidas pelos estudantes militantes. O primeiro registro fotográfico de nosso trabalho de análise foi tirado de uma das paredes centrais do centro de convivência:

Figura 3 – Registro fotográfico da parede do centro de convivência



Fonte: Arquivo pessoal.

As variadas formulações verbais e/ou imagéticas materializadas na parede, em suas diferentes temporalidades, deixam entrever atravessamentos discursivos que textualizam sentidos sobre a situação de conflito instaurada a partir da prática da gestão

do câmpus da época em apagar as formulações produzidas, pelos estudantes, em outros momentos da vida pública universitária. As seguintes inscrições significantes: “Não vão nos calar! Antifa 𐀀” e “Vamos ver quem ganha?!” expressam a tomada de posição dos estudantes militantes diante da prática institucional enfocada neste artigo. Recortamos essas inscrições orientados, por exemplo, no estilo da caligrafia das letras ali materializadas, o que acaba sendo um aspecto que significa e que nos permite pensar na unidade (e na dispersão) de sentidos em circulação nessa prática discursiva.

Nessa primeira inscrição, a designação “Antifa”, como variação de “Antifacista”, projeta um espaço de significação para o grupo dos estudantes militantes e, ao mesmo tempo, para a gestão de câmpus da época. Essa autodenominação de “antifa” significa esses estudantes como um grupo inscrito na luta pela liberdade e pela democracia, marcando uma oposição acentuada contra práticas consideradas conservadoras. Trata-se, assim, de um grupo afeito aos preceitos do movimento revolucionário comunista, defendendo, inclusive, o uso de violência em suas lutas. O símbolo do martelo e da foice significa em termos das trajetórias de filiação de sentido. Em outras práticas políticas, esse símbolo é usado para representar movimentos socialistas e comunistas. Ao mesmo tempo, essa autodenominação faz trabalhar sentidos sobre a gestão de câmpus da época, como, por exemplo, uma gestão conservadora e opressora, matizada pelo totalitarismo fascista.

A partir da segunda inscrição, afetados pelo jogo entre simbólico e político, podemos notar que a prática da gestão da época segue produzindo efeitos. Desta vez, a formulação evidencia um questionamento direto à prática de silenciamento dos estudantes. A relação entre “gestão” e “estudantes militantes” é significada ali como batalha, fazendo-se pensar na luta pelos sentidos e na figura do “ganhador” e do “perdedor”, dada a disputa entre pintar e pichar, para usarmos os termos dos próprios estudantes. A referida formulação, no enquadre institucional, reclama um gesto de leitura sobre as tomadas de posição contraditórias e antagônicas entre os ali envolvidos.

Talvez, neste ponto, devêssemos nos questionar: a gestão de câmpus representa qual posição? E os estudantes mostram-se vinculados a quais sentidos? Nesses dois casos, a tinta, como meio comum entre eles, acaba evidenciando espaços de significação diferentes, já que as práticas são nomeadas, também, diferentemente. A gestão pinta, os estudantes picham. A gestão, com sua tinta, normaliza e busca globalizar os espaços, muito pautada na lógica dos sentidos institucionalizados e projetados. Já os estudantes

militantes, com sua tinta, singularizam os espaços, trazendo para a cena institucional as pautas que não cabem nas instâncias deliberativas, ou mesmo que nem podem chegar até elas, dadas as forças do aparato institucional.

A inscrição significativa “Pixo logo existo”, que alude à premissa “Penso, logo existo”, de René Descartes, evidencia a autodenominação da prática discursiva dos estudantes naquele espaço. Trata-se da prática discursiva de pichação, em que os espaços públicos são ressignificados. No caso em tela, a pichação não se dá nos muros da cidade, como comumente se vê. Mas nos espaços públicos internos à universidade. Nessa medida, a parede do espaço de convivência é lugar de inscrição das pautas do grupo, expressando denúncias de opressão que eles sofrem localmente e globalmente. Inscrito em uma das pilastras que sustenta a estrutura do espaço de convivência, o deslizamento significativo de “penso” para “pixo” faz trabalhar uma identificação dos estudantes com a prática da apropriação subjetiva dos espaços públicos.

Buscando uma posição na história, sobretudo nas condições de produção do movimento de mobilização estudantil, em 2016, no Brasil, vamos perceber que a prática de ocupação dos espaços públicos foi fundamental. Ganhou lugar de destaque aí a prática de inscrição significativa em diferentes suportes (paredes e cartazes), pois essa prática figura como espaço de sociabilidade, significando as pautas pelas quais se luta. É, portanto, um modo de participação política dos estudantes diante das ações do governo Temer, mais precisamente em relação ao Projeto de Emenda Constitucional 55, que regulamentou o regime fiscal da União, e à Medida Provisória nº 746, que instituiu a reformulação do Ensino Médio.

Em Araguaína, o movimento “Ocupa Tudo” contou com a mobilização dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e da Universidade Federal do Tocantins na unidade Cimba. No caso do movimento estudantil nessa unidade, outros pontos de pauta integraram a luta, tais como: a reivindicação do serviço de ônibus custeado pela instituição para que os estudantes da unidade Cimba pudessem acessar o restaurante universitário na unidade da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ) e a construção de uma extensão do RU na própria unidade Cimba.

Se trabalharmos com a referência cruzada dos atravessamentos discursivos em funcionamento a partir desse registro fotográfico, vamos perceber ali outras inscrições significantes que evidenciam espaços de significação. É o caso, por exemplo, das pautas do movimento LGBTQIAP+ e do movimento negro. A inscrição significativa do

símbolo que representa o sexo feminino, sendo ressignificado com as cores da bandeira do movimento LGBTQIAP+, põe na cena institucional a interrogação das práticas conservadoras, na luta de sentidos pela diversidade. Na toada dos atravessamentos discursivos, outra inscrição significativa, por meio da tinta dos estudantes, deixa entrever as tomadas de posição do grupo de estudantes. Encabeçada por uma ilustração de coração, a formulação “meu black é o poder” contorna o cabelo de uma pessoa, cuja fisionomia do rosto parece expressar alegria.

Chama-nos a atenção a inscrição significativa “~~Ordem~~ e progresso pros nossos” em posição de destaque na parede do espaço de convivência. Não conseguimos transcrever as rasuras feitas na palavra “ordem” e na conjunção aditiva “e”. A formulação “Ordem e Progresso”, constante na bandeira brasileira, é ali apropriada pelos estudantes, mantendo a distância certos sentidos sobre a palavra “ordem”. A ordem, projetada para o Brasil da época (proclamação da república), tendo a bandeira nacional como operador imaginário e simbólico do Estado, pôs em circulação sentidos sobre o ideário de defesa e de manutenção do que positivamente funcionaria no Brasil. O jurídico e o administrativo funcionaram, produzindo o efeito de unidade acerca da vida nacional, implicando o reconhecimento e a manutenção do que é supostamente “certo” e “bom” para o país. A projeção sobre a formulação “progresso”, nesse ideário de Brasil, ganhou feições discursivas de que a sociedade e suas instituições são marcadas por avanço natural, sendo o progresso decorrente necessariamente da ordem.

A barra posta sobre a palavra “ordem” faz funcionar sentidos que apontam para a interdição desta tão propalada ordem, e circunscreve-se o progresso sob outra perspectiva. A referência cruzada com outras inscrições significantes, na parede, ressignifica discursividades sobre “progresso”, pondo em circulação, na vida pública universitária, pautas progressistas que traz para a cena institucional a discursividade e a inclusão de classe, de gênero, de etnia, entre outros.

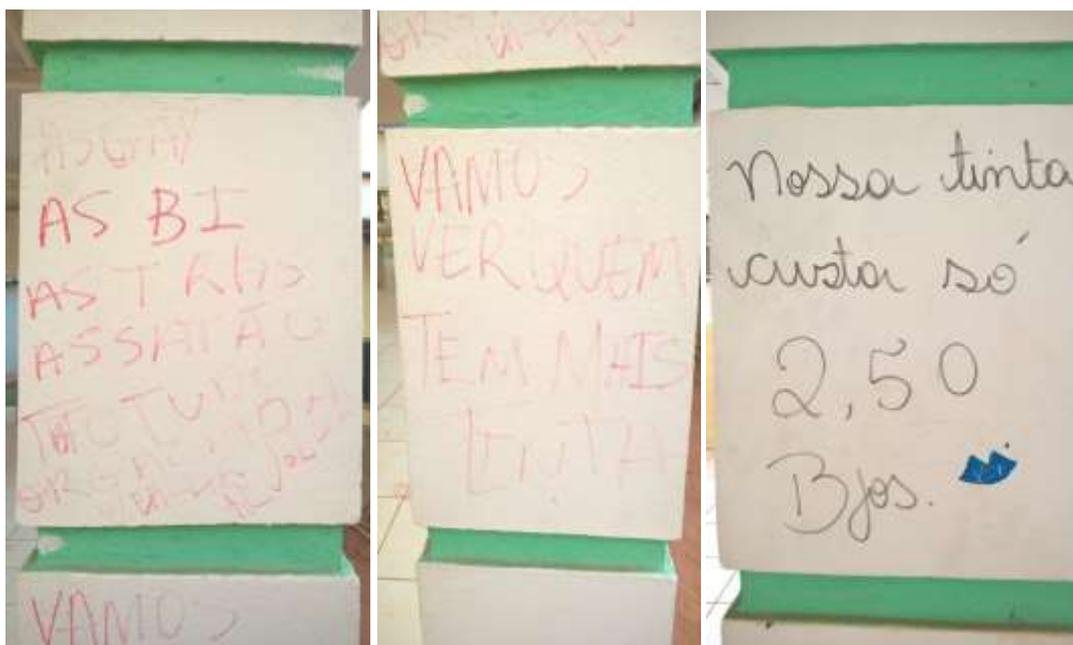
A formulação “Ordem e Progresso” é ressignificada para “Progressos Pros Nossos”, ocorrendo aí a referência à canção homônima de Papatinho, inscrita no gênero musical *funk*. Essa ressignificação produz o efeito de sentido de que o outro progresso, na formação social do Brasil, mostrou-se contraditório, pois acarretou, planejadamente, desigualdades, segregações e expulsões de espaços de sociabilidade. A formação da elite, nesse período histórico e com a sua reprodução *a posteriori*, encerrou mecanismos de exclusão de parte significativa da sociedade da época. Daí o fato de se questionar

esse modelo de desenvolvimento brasileiro, reivindicando outros tipos de vínculo social.

Essa não coincidência entre “progresso”, considerando as referidas formulações, diz da tomada de posição dos estudantes militantes, que aponta para uma especificação de quem são os “Nossos”. Integra, às condições de produção da luta desigual com a tinta institucional, a identificação de quem são os “Nossos” e o que é o progresso “Pros Nossos”. Da categoria homogênea de “cidadão” e de “estudante universitário”, a discursividade de que é preciso distinguir se (im)põe. É que a fabricação do consenso e seus respaldos institucionais acabam projetando uma unidade de vínculo social que é não toda. Nessa medida, a perspectiva de “progresso” é refratária, fazendo interrogar a participação e a integração da instituição de um “nós” coletivo.

Em nosso trabalho de análise, tomemos mais dois registros fotográficos que apresentam inscrições significantes produzidas pelos estudantes militantes em uma das pilastras do espaço de convivência:

Figura 4 – Registros fotográficos da viga do centro de convivência



Fonte: Arquivo pessoal.

Mais uma vez, podemos perceber que a prática da gestão em pintar as inscrições do grupo de estudantes militantes seguiu produzindo efeitos. Por meio da primeira

inscrição, eles nomeiam, em uma gradação, parte dos grupos identitários que integra o movimento LGBTQIAP+. A especificação desses grupos significa, pois nomeá-los, nesse enquadre institucional, já é pensar, também, nas condições de produção desses grupos na sociedade brasileiras, marcados pela exclusão em espaços de sociabilidade. Na universidade, essa exclusão é (re)atualizada em termos de participação nos espaços deliberativos da instituição. A inscrição “AS GAY AS BI AS TRAS AS SATÃO TÃO TUDO ORGANIZADAS P/ FAZER REVOLUÇÃO”, feita em um dos blocos da pilastra, deixa entrever o vínculo social do grupo em torno do que eles nomeiam como “revolução”. A luta pelos sentidos se marca aí pelo jogo de forças entre eles (com suas pautas sociais) e a gestão de câmpus (com o seu aparato ideológico do Estado e do capital), implicando essa nomeação como mecanismo de pertencimento.

A referência cruzada com outras inscrições significantes, como abordamos anteriormente, aponta para a busca de uma transformação radical da estrutura de poder na universidade. Contudo, o aparato institucional, sobretudo na sua lógica de como produzir o consenso nos modos de participação na vida pública universitária, acaba por rarefazer espaços de sociabilidade. Nessa rarefação, a prática de produção das inscrições significantes é parte integrante das condições de produção da luta pelos sentidos na instituição. Essa prática evidencia o direito de pertencer à universidade expressos pelos estudantes militantes, para além do enquadre institucional da sala de aula. Eles e as suas inscrições resistem no jogo desigual de forças.

A próxima inscrição significativa a ser enfocada por nós expressa novamente o embate entre “pintar” e “pixar”. A formulação “Vamos ver quem tem mais tinta”, comumente em circulação em diferentes espaços públicos brasileiros, por meio da prática da pixação urbana, é inscrita no espaço de convivência em foco. A tinta aí é significada como um marcador social, implicando uma diferença entre a tinta que pinta e a tinta que pixa. Enquanto a primeira normaliza o espaço, inclusive portando as insígnias do Estado que reprime e mata, a segunda significa a subjetivação do espaço materializando outros espaços de vínculo. A tinta que pixa assume, em termos de espaços de concomitância, a luta pelos sentidos.

A terceira inscrição significativa tematiza o valor da tinta dos estudantes militantes, cuja formulação está assim materializada: “Nossa tinta custa só 2,50 Bjos”. Nessa transcrição, não conseguimos reproduzir o desenho dos lábios formulado ao lado da inscrição nem a disposição das ocorrências linguísticas e não linguísticas. Por

contraste, podemos pensar no custo da tinta que pinta e na logística institucional para que os espaços fossem reiteradamente normalizados. A inscrição do beijo, na forma verbal abreviada e no não verbal, parece produzir um efeito de sentido irônico diante do fato de a tinta que pinta ser mais cara. Ao mesmo tempo, o efeito de sentido produzido é de deboche em relação à impotência institucional em calar os estudantes militantes e a inscrição significante de suas pautas na universidade. A tinta que pixa é movida por desejo.

Na sequência, mobilizamos dois registros fotográficos feitos de outros ângulos do espaço de convivência:

Figura 5 – Registros fotográficos do espaço de convivência



Fonte: Arquivo pessoal.

Por meio da primeira inscrição, formulada em uma das vigas do espaço em foco, percebemos novamente a materialização da autodenominação “Antifacista”. A formulação “ANTIFACISTA – TODO PODER À CLASSE OPERÁRIA”, ocupando a parte central da viga, significa outros espaços de pertencimento dos estudantes militantes. Essa formulação faz trabalhar sentidos sobre a universidade referenciada na formação social capitalista. Não é à toa que a reivindicação é que o poder seja da classe operária e não da elite. Questionam-se as práticas universitárias que não reconhecem a exterioridade. Essa formulação social capitalista, e a universidade está aí assentada, não reconhece nem legitima a diferença. O jurídico e o administrativo funcionam, de modo a assegurar a produção desse efeito de controle e de contenção do político.

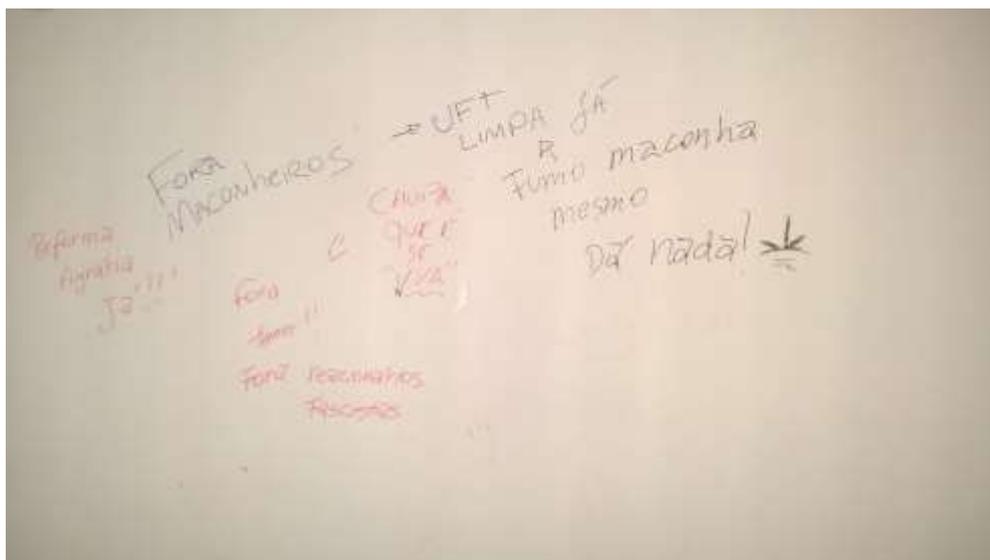
Ainda pelo enquadre da viga, outras inscrições ocorrem ali. Novamente, o símbolo do martelo e da foice é desenhado, seguido da formulação “FORÇA MOTRIZ

DA REVOLUÇÃO”. A luta pelos sentidos faz trabalhar, neste ponto, assim como em outros, conforme mostramos anteriormente, o atravessamento discursivo da identificação do grupo com outras formações sociais. Essas formulações, sobretudo a ocorrência desse símbolo, parecem abrir os sentidos a uma busca pelo radicalismo nas tomadas de posição e de decisão na vida pública da universidade. Trata-se de discursividades sobre movimentos socialistas e comunistas, na e pela história, reverberando nas práticas discursivas dos estudantes militantes. É, pela revolução, que eles buscam transformar a instituição e suas estruturas de poder.

A inscrição significativa, “UNIVERSIDADE DO POVO 𐄂”, formulada em outra parede do espaço de convivência, reclama pensar no modo como a palavra “povo” é ali referenciada na formação social defendida pelos estudantes. Desse modo, na esteira da discursividade de que é preciso distinguir com o objetivo de mostrar os (não) pertencimentos, é discursivizado que a universidade em vigência, na formação social capitalista, não é para o “povo”, no sentido de que eles lutam para essa palavra. Por contraste, podemos pensar na referência da palavra “povo”, na referida formação social, fazendo trabalhar os sentidos que apontam para a segregação e para a exclusão no acesso e na permanência de estudantes na universidade; sobretudo, para os sentidos de quem são os segregados e os excluídos. Logo, a universidade não é do “povo” nem conta com o “povo” em seus espaços de debate e de decisão.

Neste ponto, vamos focar os registros fotográficos que evidenciam o jogo de formulação entre estudantes militantes e aqueles não identificados ao movimento estudantil e/ou às suas pautas, tendo, também, as paredes do espaço de convivência como enquadre institucional. O nosso procedimento de análise está embasado na identificação de atravessamentos discursivos, cujo efeito é a acentuação das situações de conflito na universidade em que o jurídico e o administrativo não produziram uma contenção do político, no tom do que temos discutido neste artigo. Cabe ressaltar que estamos concebendo um efeito de unidade (de pertencimento) entre essas formulações, considerando a cor da tinta que as materializa. Vejamos, a seguir, o registro fotográfico:

Figura 6 – Registros fotográficos do espaço de convivência



Fonte: Arquivo pessoal.

As formulações materializadas em azul, quais sejam: “FORA MACONHEIROS” e “→UFT LIMPA JÁ”, fazem trabalhar tomadas de posição contrárias àquelas evidenciadas a partir das inscrições significantes produzidas pelos estudantes militantes. Por meio da primeira formulação, o movimento de estudantes militantes é nomeado de “maconheiros” e, com base na segunda, pede-se decorrência, sustentada na exclusão do grupo da universidade. A relação social, e também a institucional, invocada aí é pela exclusão e menos pelo debate público das pautas em questão.

Trata-se de formulações também inscritas na lógica discursiva da tinta que pinta, já que o tom é também de normalizar os espaços e a vida pública universitária. Se é parte integrante das condições de produção dessas formulações o fato de serem outros estudantes, podemos pensar nos efeitos da tinta que pinta. Essa tinta, nas suas insígnias do Estado, significa que é preciso “lembrar” sentidos e “esquecer” sentidos, para que o consenso da opinião pública ganhasse constituição. A tinta que pixa não cessa de nos fazer lembrar para não esquecermos dos sentidos que igualmente constitui a vida pública em sociedade.

Essas formulações deixam entrever uma representação das relações sociais no enquadre da universidade, em que os espaços de pertencimentos são marcados ora pela segregação, ora pela exclusão. Nomeia-se desse modo (“maconheiros”) para se demandar uma decorrência institucional (“exclusão”), produzindo o efeito de

deslegitimação do movimento estudantil. Outro efeito que essa nomeação pode produzir é a desresponsabilização para com as pautas, já que quem as propõe e lutam por elas são maconheiros. Esse efeito de fragmentação de vínculo, acionado por essas formulações, parece interessar à tinta que pinta.

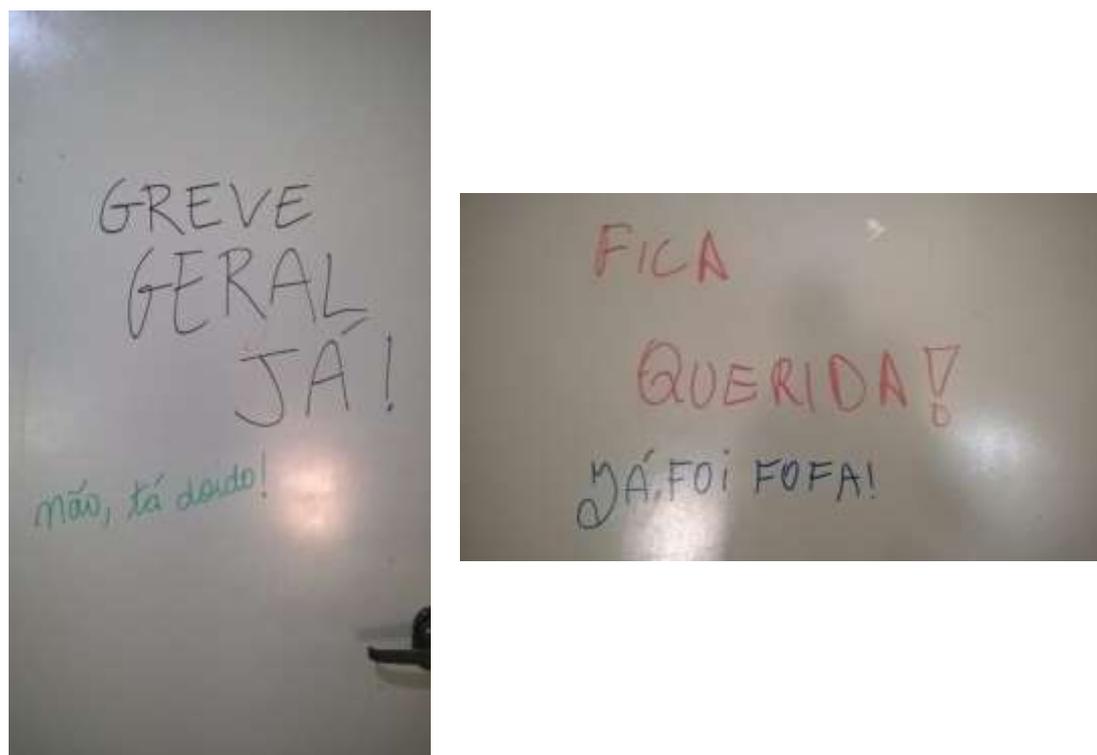
Na disputa pelos sentidos, a formulação “FUMO MACONHA MESMO DÁ NADA!”, produz o efeito de identificação à nomeação, como um modo de não se intimidar pela representação de valores sociais ali produzidos pela nomeação em tela, sobretudo em relação à tentativa de administração dos espaços. Essa formulação significa os estudantes militantes, definindo-os por práticas que também passam a contestar a política dos espaços, isto é, a administração destes na lógica da sociedade capitalista.

A tomada de posição dos estudantes militantes também se mostra inscrita em outro bloco de inscrições significantes. As formulações “Reforma Agrária Já!!!”, “Fora Temer”, “Fora reacionários fascistas” e “Chupa que é de ‘uva”, na cor vermelha, tematizam diferentes atravessamentos discursivos. A primeira referencia uma das pautas levantadas por eles, e em circulação em diferentes espaços brasileiros de mobilização, cujo efeito é a luta pela reorganização territorial no Brasil, com justiça ao direito da terra. As outras duas formulações, encabeçadas pela interjeição “Fora”, mostram-se inscritas na identificação pelo que também se luta. Desliza-se de pautas em prol de direitos sociais para indivíduos que precisam ser combatidos. Luta-se contra “Temer” e contra os “reacionários fascistas”, sobretudo contra aquilo que eles representam. A discursivização da especificação opera efeitos aí, pois, na posição da história da época, esses nomes significam.

A quarta formulação expressa um atravessamento discursivo circunscrito a sentidos de ordem sexual, mais precisamente da prática de sexo oral. Há uma canção homônima, popularizada no Brasil pelo grupo “Aviões do Forró”, que evidencia a filiação a esse sentido. Uma vez mais, o efeito parece ser o de questionamento das representações de valores propaladas pelas pautas dos costumes tradicionais. Esse atravessamento discursivo faz questionar a política dos espaços e suas práticas de contenção de sentidos.

No fluxo de nosso trabalho de análise, consideremos mais dois registros fotográficos:

Figura 7 – Registros fotográficos do espaço de convivência



Fonte: Arquivo pessoal.

Por meio das primeiras inscrições significantes, a saber: “GREVE GERAL JÁ!” e “não, tá doido”, percebemos que a luta pelos sentidos se evidencia pela pauta da greve, tendo por base os acontecimentos históricos a partir do ano de 2016. A então presidente Dilma Rousseff é golpeada, abrindo possibilidades para a proposição do Projeto Emenda Constitucional 55 e para a Medida Provisória nº 746. Anteriormente, recorremos a esse circunstanciamento histórico, pois esses acontecimentos integram as condições de produção da posição-sujeito estudante militante. Não é à toa que a formulação “Fora, Temer” é recorrente nas inscrições significantes formuladas por eles nos diferentes espaços da universidade.

Na toada desses acontecimentos históricos, as próximas formulações (“Fica querida!” e “Já foi fofa!”) tocam a tensão dos sentidos em torno do golpe da então presidente Dilma. A primeira inscrição significativa reformula o tão propalado enunciado “Tchau, querida” dito por manifestantes contra o governo dela e favoráveis ao golpe. Não podemos deixar de marcar a perspectiva de que esse enunciado foi dito primeiro pelo ex-presidente Lula, ao se despedir de Dilma. Nacionalmente, o enunciado

passou a circular pela captação de um áudio entre eles, cujo grampo telefônico era ilegal.

Como as condições de produção desse enunciado são diferentes nesses dois momentos, podemos perceber que a deriva dos sentidos também se materializa na disputa entre estudantes militantes e não identificados a eles. A discursividade do golpe segue sendo lembrada para não se esquecer, encerrando tomadas de posição de uns e de outros na opinião pública da universidade.

Considerações finais

No decorrer deste artigo, trabalhamos com o fundamento da Análise de Discurso de que o Estado, por meio de suas instituições, engendra modos de individuação. Ele acaba sendo, a depender da prática discursiva, um operador simbólico e político, produzindo formas e meios materiais de existência. Na formação social capitalista, o jurídico e o administrativo atuam regulando os espaços e os sujeitos, demarcando o que pode e deve ser feito. Contudo, pudemos discutir a questão de que o político, nos preceitos da Análise de Discurso, intervém ali, abrindo os espaços e os sujeitos à deriva dos sentidos.

No caso do material analisado, isto é, inscrições significantes formuladas no espaço de convivência, o enquadre é uma instituição universitária inscrita nessa lógica do Estado. As projeções para os espaços e para os sujeitos são construídas, produzindo a estabilização dos sentidos na vida pública universitária. Na base dessa estabilização, conforme visto neste artigo, a condição material de existência dos sentidos aponta para o funcionamento de que há aqueles que ganham inscrição, enquanto outros, constitutivamente, precisam ser apagados. Daí o fato de os sentidos estarem em disputas em práticas discursivas.

A prática discursiva dos estudantes militantes deixa entrever o trabalho simbólico da contradição na produção do consenso na vida pública da universidade. É que as instâncias deliberativas parecem não comportar, até pelos espaços administrados, as pautas dos estudantes. Daí o funcionamento da discursividade de que é preciso distinguir as pautas e quais os estudantes que por elas lutam. Nessa necessidade material de distinção, notamos que os atravessamentos discursivos se mostram relevantes. Eles compõem as condições de produção do movimento estudantil na instituição em foco, fazendo trabalhar outros espaços de significação.

Referências

LAGAZZI, Suzy. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. In: *Revista Rua*. N. 16. V. 12, Novembro de 2010.

ORLANDI, Eni. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, Eni. (Org). *Discurso e políticas públicas urbanas – a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.